



DESTAQUE OITAVA E NONA AVALIAÇÃO DA TROIKA

Executivo convicto de que consegue financiar meta do défice de 4,5%

Avaliação Não é a reacção dos mercados ou a dificuldade em cobrir 800 milhões a mais de défice que motivam resistência da troika: é a política.

Margarida Peixoto
margarida.peixoto@economico.pt

Não será pela reacção dos mercados, nem pelas dificuldades em financiar os 800 milhões de euros de dívida adicional causados por uma flexibilização da meta do défice de 4% para 4,5% do PIB que a 'troika' não cederá à pressão do Governo e das principais instituições em Portugal. O Diário Económico sabe que a equipa do Executivo tem a segurança de conseguir acomodar a necessidade de financiamento adicional - além disso, do ponto de vista dos investidores, uma flexibilização de 0,5 pontos não teria um impacto muito significativo desde que a trajectória de consolidação esteja assegurada, garantem os economistas contactados pelo Diário Económico.

Apesar dos juros da dívida pública nacional de longo prazo estarem acima dos 7,3% no mercado secundário, a principal questão que está a travar a flexibilização da meta do défice não é a dificuldade de encontrar financiamento no mercado. É uma questão política. Em causa está sobretudo a vontade da 'troika' de garantir que o esforço de ajustamento estrutural das contas públicas portuguesas não é interrompido.

A 'troika' quer primeiro assegurar que a parte mais difícil do trabalho do Governo - implementar medidas de austeridade pelo quarto ano consecutivo - é feita. Depois, a meta do défice até pode vir a ser flexibilizada. Uma das preocupações é, sabe o Diário Económico, avaliar as alternativas que a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, tem para colmatar potenciais chumbos das iniciativas do Governo por parte do Tribunal Constitucional (TC). Acima de tudo, a 'troika' não quer que uma eventual flexibilização resulte num relaxamento do esforço estrutural de ajustamento.

Por causa da crise política de Julho e dos chumbos do TC, os investidores voltaram a desconfiar da capacidade portuguesa de cumprir os compromissos assumidos. São estes dois factos que dão força negociada à 'troika', já que o Governo precisa do aval po-

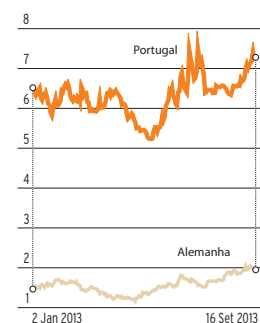
lítico dos credores internacionais para mostrar aos investidores que continua a merecer a sua confiança. Se a oitava e nona avaliações, que começaram ontem, forem concluídas com sucesso, os investidores voltam a ter as condições necessárias para comprar títulos de dívida portuguesa: taxas atractivas, um país com um caminho de consolidação consistente e apoiado pelos parceiros internacionais. Neste contexto, os 0,5% de flexibilização do défice tornam-se pouco relevantes. Aliás, o Diário Económico sabe que no Executivo se continua a acreditar numa ida ao mercado de longo prazo ainda este ano, seja através de uma emissão regular, sindicada, ou de troca de dívida.

Mercados desvalorizam

A reacção dos mercados a uma revisão da meta poderia ser o primeiro argumento para impedir a flexibilização. Um objectivo de défice mais elevado significa mais dívida pública - uma intenção que pode ser recebida com desconfiança, dificultando o regresso da economia ao financiamento nos mercados.

JUROS MAIS ALTOS

Os juros da dívida pública de longo prazo voltaram a superar a fasquia dos 7%.



Fonte: Bloomberg

Contudo, a questão não é linear. "Uma mudança de 0,5% não muda as regras do jogo", defende David Schnautz, estratega do departamento de dívida pública do Commerzbank. "Já vimos no passado, especialmente em países com a economia real em dificuldades, que os mercados podem não ver essa alteração como 'fadiga de austeridade', mas antes como um dado positivo, tendo em conta 'o dilema do crescimento com austeridade'", justifica. É por isso que, para Schnautz, "autorizar uma ligeira flexibilização adicional no défice deve ser visto pelo mercado como neutro a positivo, tudo o resto constante".

Paula Carvalho, economista do departamento de research do BPI, também desvaloriza o impacto de uma alteração deste tipo. "O Tesouro nunca precisaria de ir ao mercado com os juros nos valores actuais. Só precisaria de regressar ao mercado de longo prazo sensivelmente dentro de um ano e até lá as taxas podem descer", argumenta a economista. "Os investidores até podiam ler a alteração de um modo positivo como forma de segurar a economia, mas os impactos não seriam duradouros", acrescenta.

Ainda assim, Portugal não pode contar com o conforto que tem a Irlanda. Embora o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, insista em aproximar a imagem da economia portuguesa à da Irlanda, os mercados de dívida fazem uma distinção muito clara. O prémio adicional, face à Alemanha, que os investidores pedem aos irlandeses para lhes emprestarem dinheiro ronda os dois pontos percentuais, menos de metade dos cinco pontos para Portugal. Para a Grécia este spread face à Alemanha supera os oito pontos.

É a relativa benevolência com que os mercados vêem a economia irlandesa que permitiu ao vice-primeiro-ministro Eamon Gilmore anunciar na semana passada que não deverá cumprir o programa de cortes de 3,1 mil milhões de euros que a 'troika' impõe para o próximo ano. A reacção da maioria dos analistas citados pelas agências financeiras, até agora, não foi negativa. ■

Governo e parceiros sociais reuniram ontem num clima de relativo consenso sobre a necessidade de ter uma meta de défice orçamental mais alta. É precisamente este consenso cada vez maior - ou "fadiga de austeridade" - que leva os credores europeus a não quererem ceder antes do Governo detalhar como vai fazer os cortes estruturais e contornar os potenciais chumbos do Tribunal Constitucional.



O que separa uma linha

Com um cauteloso continua a ser exigida disciplina orçamental? Sim, mas há muitas diferenças.

1 UMA DIFERENÇA DE MODALIDADE

Se as próximas avaliações correrem bem, o país aproxima-se do final do programa de ajustamento. No entanto, Paulo Portas recordou ontem que isso não significa o fim das obrigações mas sim do "protectorado". Isto implica também pensar no período seguinte a Junho de 2014, salientou Portas, deixando claro que o desejado programa cauteloso não é o mesmo que um segundo resgate. "Programa cauteloso é o que a Irlanda vai começar a negociar, segundo resgate foi o que a Grécia teve. Não há comparação possível entre as duas coisas", referiu o vice-primeiro ministro. Será? Conheça as diferenças.

Um programa cauteloso pode significar como um empréstimo accionável no caso da República portuguesa não se conseguir financiar nos mercados de dívida de médio e de longo prazo - pode assumir quase a forma de um seguro, uma rede, a acionar caso seja preciso (o que, em conjunto com a rede do Banco Central Europeu, pode reforçar a confiança do mercado no credor Portugal, levando à menor utilização da linha cautelosa). Um segundo resgate financeiro é, na melhor das hipóteses, igual ao primeiro - na pior, implica que os portugueses contribuíam em parte para o pacote financeiro.

**PONTOS
CHAVE**

● Uma eventual flexibilização da meta do défice de 4% para 4,5% não teria impacto muito significativo nos mercados de dívida, dizem os economistas.

● Os parceiros sociais reuniram-se ontem com o Governo, defendendo um ajustamento mais suave para a economia. Hoje, os parceiros recebem a 'troika'.

● O Governo diz hoje aos representantes da 'troika' que dois terços dos montantes ganhos pelo Estado dizem respeito a mega processos.

Paula Nunes



cautelar de um novo resgate

2 UMA DIFERENÇA DE AUTONOMIA

Portas frisou esta diferença: um segundo resgate deixará um grau de autonomia ao Governo bem mais pequeno do que um programa cautelar, garantiu, citando o fim do "tempo do protectorado" implicado na hipótese mais favorável. Por outras palavras: com um cautelar a presença dos credores continua a fazer-se sentir (exigindo disciplina orçamental férrea e mais reformas), mas é mais discreta e menos intrusiva nas políticas; num segundo resgate, segue o figurino das avaliações regulares da troika.

3 UMA DIFERENÇA DE PERCEÇÃO DOS MERCADOS

Um segundo resgate cola Portugal à situação da Grécia. A colagem não é tanto na parte financeira - o mercado sabe que a dívida pública portuguesa terá que ser "aliviada" - mas na política. A concessão de um programa cautelar significa confiança política dos credores europeus a ponto de permitir a saída gradual de Portugal de um resgate. Um segundo resgate integral é a confirmação de que Portugal é um país com finanças públicas frágeis e com muito ainda por fazer no sentido de as endireitar.

4 UMA DIFERENÇA NA CONFIANÇA

Um segundo resgate significa a continuidade no mesmo modelo - e um rombo significati-

vo na confiança de consumidores e empresários portugueses. Um programa cautelar, a tal saída gradual, pode ter um impacto positivo na confiança dos agentes.

5 UMA DIFERENÇA PARA INVESTIDORES

A questão da confiança coloca-se também no plano exterior - e não só no capítulo do financiamento da dívida soberana. Será mais fácil atrair capital estrangeiro para um país que merece a "confiança" dos credores europeus - confiança que o mercado sabe que se traduzirá em mais cedências na dívida - do que para um país em estado continuado de resgate, com potencial instabilidade social e política. ■ **B.F.L.**

Governo, Belém e parceiros sociais: o consenso existe nos apelos à 'troika'

Governo, parceiros sociais e Presidente da República em frente comum de pressão sobre a troika - mas consenso interno esbarra no externo contra a flexibilização já.

Cristina Oliveira da Silva e Margarida Peixoto
cristina.silva@economico.pt

À porta da oitava e nona avaliações ao programa de ajustamento português, sobressai um consenso entre o Governo, os parceiros sociais e o Presidente da República: todos pedem um alívio na austeridade de modo a preservar os ténues sinais positivos na economia. O Executivo quer uma meta do défice mais elevada, os parceiros pedem menos juros e mais tempo, Cavaco Silva apela ao "bom senso" à 'troika'.

"Consideramos que o plano de ajustamento tem defeitos estruturais que se revelaram fatais para muitas empresas", afirmou ontem o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Vieira Lopes diz que é preciso medidas de alívio fiscal que vão além do IRC (nomeadamente no IRS e IVA) e defende "alargar o prazo de pagamento da dívida, baixar as taxas de juro e flexibilizar os objectivos do défice". Foi esta a mensagem que deixou ontem ao Governo e que será transmitida hoje aos representantes da 'troika'.

Também a CIP - Confederação Empresarial de Portugal - chamará hoje a atenção para o esforço que implica a redução do défice. De acordo com António Saraiva, o Governo já terá começado a negociar com a 'troika' a flexibilização da meta do défice do próximo ano (dos actuais 4% para 4,5%) desde Junho. Um valor que, ainda assim, o presidente da CIP considera "violento".

A CIP também entende que há espaço para mexer nos juros e que Portugal deve capitalizar a sua imagem de bom aluno. Mais: Saraiva acredita que há consenso entre parceiros e Governo relativamente à necessidade de algum alívio e de um programa cautelar que permita o regresso aos mercados "em condições de preços e de prazos" diferentes. É que prazos curtos obrigam a "um esforço desumano", diz Saraiva.

Embora os representantes patronais queiram ir mais longe do que o Executivo, dão, ainda assim, força à vontade de negociação expressa pelo vice-primeiro-ministro. Paulo Portas já defendeu que 4,5% do PIB é a meta mais apropriada para o défice em 2014. Aliás, o Governo já tinha

tentado negociar este valor na sétima avaliação, mas falhou.

Mais: há até quem considere que o Governo agendou a reunião de ontem, na véspera do encontro entre parceiros sociais e 'troika', para apurar os pontos que preocupam as confederações e, mais tarde, utilizar isso em seu favor. Sabendo quais são os temas em que os parceiros vão insistir junto da 'troika', poderá reforçar a sua posição junto dos credores.

Ontem, também o Presidente da República somou pressão para aliviar a meta do défice. Cavaco Silva disse esperar que as negociações com a 'troika' para flexibilizar o défice "não comprometam" a recuperação da economia e que as instâncias internacionais tenham "em atenção a situação económica e social do país, o que já foi conseguido, os sacrifícios que têm sido pedidos e a forma responsável como os portugueses têm respondido". E frisou: espera que as autoridades internacionais "revelam bom senso".

Do lado dos credores europeus, contudo, parece também haver um consenso - mas oposto ao português. "É importante manter o acordado no âmbito do programa, incluindo as metas do défice", disse o presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, na passada sexta-feira. "Não penso que seja um bom sinal manter a discussão aberta sobre se a meta [do défice] deve ser mais alta ou mais baixa. O mundo exterior deve perceber que Portugal e o Governo português estão empenhados no que tem de ser feito e no que foi acordado, e isso ajudará o país a sair do programa o mais depressa possível", juntou.

A resistência europeia tem mais a ver com motivos políticos - ampliados pela cada vez maior resistência portuguesa aos cortes - do que com o receio dos mercados (ver texto principal). ■ **COM M.G.**



Cavaco Silva espera que a 'troika' tenha em atenção a situação económica e social do país" e que os seus representantes revelem "bom senso".



"A diferença entre o Governo português e a 'troika' relativamente aos limites do défice para 2014 não é uma diferença de agora", afirmou Paulo Portas.

Fisco ganha 404 milhões de euros em processos nos tribunais

Reunião Governo vai dizer à 'troika' que 60% dos montantes ganhos pelo Estado são referentes a mega processos.

Lígia Simões
ligia.simoies@economico.pt

A equipa do Ministério das Finanças leva hoje à 'troika' o balanço dos processos fiscais pendentes nos tribunais com valor acima de um milhão de euros. Resumo: a administração tributária está a ganhar mais processos em tribunal do que os contribuintes. No primeiro semestre deste ano, o Estado ganhou na primeira instância 60% dos chamados megaprocessos, num total de 265 milhões de euros. Este montante representa a fatia de leão da generalidade dos processos ganhos pelo Fisco (incluindo aqueles abaixo de um milhão) cujo valor global totaliza 404 milhões de euros.

Os dados revelados ao Diário Económico pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais "confirmam a inversão histórica" da tendência ao nível das de-

cisões dos tribunais tributários em 2012, ano em que a Administração Tributária e Aduaneira (AT) passou a ganhar mais casos por decisões de mérito (42%) que os contribuintes (35%), sendo que nos restantes casos os processos não chegaram até ao fim ou tiveram um desfecho que não deu a vitória plena a nenhuma das partes. Segundo Paulo Núnncio, os dados acumulados agora apurados do primeiro semestre reforçam esta tendência com decisões favoráveis à administração fiscal em 56% na generalidade dos casos, uma percentagem que se eleva para 60% ao nível dos processos acima de um milhão.

"AT continua a ganhar mais processos que os contribuintes, quer nos processos superiores a um milhão, quer nos processos gerais", afirma o governante, dando ainda conta que a instauração de processos pelos contribuintes contra a AT (impugna-

ções judiciais e oposições às execuções) tem vindo a diminuir.

Também esta tendência será levada hoje à mesa da reunião com a 'troika': em 2011, foram instaurados 12.008 processos, contra 10.516 em 2012, menos 12%. Os dados do primeiro semestre deste ano confirmam esta evolução com o registo de menos 7% ao nível de processos instaurados - que ascenderam a 5.532 no final de Junho - face a igual período do ano passado.

Paulo Núnncio frisa que na base da menor litigância fiscal

está a "melhor eficiência da apresentação da fazenda pública na defesa da posição do Estado em tribunal. E a melhor fundamentação dos actos praticados pela inspecção tributária".

Menos processos instaurados

Desde o resgate a Portugal, os processos fiscais acima de um milhão de euros instaurados pelos contribuintes contra a AT começam também agora a diminuir. Com a instauração destes processos a manter-se estável entre 2011 e 2012 (número de processos instaurados evoluiu de 244 para 245), verifica-se agora uma quebra no primeiro semestre deste ano: 98 processos instaurados, contra 136 em igual período de 2012. No final de Junho, estavam, assim, parados nos tribunais processos de elevado valor num montante total de 705 milhões de euros que comparam com os 865 milhões

de euros que representaram as oposições e impugnações judiciais de valor superior a um milhão de euros verificadas no primeiro semestre do ano passado.

Equipa de elite de 30 juristas

Para os grandes processos foi criado um núcleo central de representantes da Fazenda, composto por cerca de 30 pessoas. Esta "equipa de elite de juristas" é responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais nas diversas fases processuais (contestação, inquirição de testemunhas, alegações finais, recursos para os tribunais superiores, outras diligências) e nos vários tribunais do país.

O memorando assinado com a 'troika', em 2011, deu prioridade aos processos pendentes nos tribunais com valor acima de um milhão de euros, cuja evolução tem sido reportada às entidades internacionais. ■

PROCESSOS

265 milhões

Montante dos processos fiscais acima de um milhão de euros que foram ganhos pelo Estado entre Janeiro e Junho. Pesam 66% no total de processos com decisão a favor da AT.



Os pensionistas fazem contas à vida - e o Governo faz contas aos potenciais chumbos do TC.

CES aumenta risco de chumbo do corte nas pensões

Fonte do Governo dá como certa a acumulação do corte nas pensões da CGA com a CES

A manutenção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) sobre as pensões no Orçamento do Estado para 2014 aumenta a probabilidade de o corte das reformas pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) chumbar no Constitucional.

"A CES não foi considerada inconstitucional [em 2013] por ser uma medida provisória, só para este ano", diz o constitucionalista da PLMI, Tiago Duarte. "Se acumularem os dois cortes temos um grave risco de inconstitucionalidade", avança o mesmo especia-

lista. Esta opinião é partilhada pelo ex-juiz do Tribunal Constitucional (TC), Guilherme da Fonseca, que ao Diário Económico acrescenta que "o corte das pensões [da CGA] está também no núcleo da violação do princípio da confiança porque vai atingir as pensões que estão a ser auferidas, estabelecidas e consolidadas".

Apesar dos riscos, no Governo a decisão de acumular da CES com os cortes de 10% nas pensões da CGA (com uma poupança estimada de 700 milhões de euros) é dada como certa. Ao Diário Económico, fonte do Executivo argumenta ser difícil encontrar outra medida que renda os cerca de 400 milhões de euros que a

OS CORTES NAS PENSÕES

- A CES aplica um corte entre 3,5% e 10% nas pensões acima de 1.350 euros. A medida está em vigor desde este ano e passou no Constitucional por ser transitória.
- Para 2014, o Governo quer aplicar um corte até 10% nas pensões pagas pela CGA. Esta medida aplica-se às pensões já em pagamento.
- O Governo nunca disse como seria a TSU dos pensionistas. Sabe-se apenas que permitiria poupar 436 milhões.

CES garante ao Orçamento.

A TSU dos pensionistas, incluída no pacote de medidas da reforma do Estado, permitiria uma poupança de 436 milhões de euros. No entanto, as resistências do vice-primeiro-ministro Paulo Portas em aplicar esta medida levou o Executivo a comprometer-se a encontrar uma alternativa.

Depois dos chumbos anteriores do TC (ao corte nos subsídios e à requalificação na Função Pública), as alternativas do Governo são cada vez menores. E até as várias soluções de cortes nas pensões podem acabar por se revelar impossíveis de aplicar, abrindo um buraco de 1.500 milhões no plano de cortes do Go-

verno. Uma (convergência da CGA e CES) devido ao chumbo do TC, outra (TSU dos pensionistas) porque o partido mais pequeno da coligação governamental não a aceita.

O Governo já entregou os cortes da CGA no Parlamento. Assim que for aprovada seguirá para Belém. Ontem, o Presidente da República prometeu uma "análise rigorosa" ao diploma sobre "a criação de um novo imposto extraordinário sobre o rendimento dos pensionistas da CGA". Ainda este ano, quando pediu ao TC que analisasse o Orçamento de 2013, Cavaco Silva classificou a CES de "confiscatória e expropriativa". ■ M.M.O., A.P., A.C.

17-09-2013

Fisco ganha em tribunal 60% dos processos acima de um milhão

O Governo, que reúne hoje com a 'troika', vai revelar que, só no primeiro semestre, ganhou processos tributários no valor de 404 milhões de euros. Deste total, mais de metade é relativo a mega-processos superiores a um milhão. **→ P4 A 6**

Flexibilização do défice reúne consenso político

Juros da dívida a 10 anos continuam acima de 7%